



Câmara Municipal de São Paulo

Gabinete do Vereador Atílio Francisco

JUSTIFICATIVA

pl 170/07

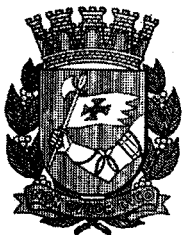
Apesar de vivermos um momento de grande avanço na medicina, em muitos casos, apenas a doação de órgãos, tecidos e sangue pode salvar vidas. De acordo com a Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos (ABTO), existe, hoje, cerca de 65 mil brasileiros aguardando por um transplante de órgão, inscritos no Sistema Nacional de Transplantes.

Os números são alarmantes, se for considerado que, anualmente, apenas 13 mil inscritos conseguem concretizar um transplante. A ABTO estima que, de cada dez famílias de potenciais doadores, apenas uma seja abordada. Não bastasse esse fato, dessa unânime minoria, quase 35% ainda negam a doação. É um percentual alto se comparado a outros países.

De acordo com entrevista concedida pela Dra. Maria Cristina Ribeiro de Castro, nefrologista, médica do serviço de transplante renal do Hospital das Clínicas - USP e atual presidente da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos, os fatores que mais contribuem para dificultar o processo de doação e transplantes são de ordem estrutural e de cultura.

- A estrutura hospitalar brasileira não detecta o doador rapidamente e, na maioria das vezes, quando isso ocorre já é tarde demais para obtermos um bom doador de vários órgãos e tecidos. Além disso, temos uma taxa de recusa familiar que não é a mais alta do mundo mas que poderia ser melhor – esclarece a presidente da ABTO.

Na Espanha, o sistema de transplantes foi criado em 1985, desde então, toda população ouve falar em doação de órgãos desde criança. Quando morre alguém, a família pode até se negar a autorizar a doação de órgãos, porém, já não pode ser atribuída sua atitude à falta de informação.



Câmara Municipal de São Paulo

Gabinete do Vereador Atílio Francisco

No Brasil, o sistema foi criado em 1997 e, do ponto de vista da comunicação, teve uma estréia desastrosa ao transformar todo brasileiro em doador compulsório de órgãos, a não ser por expressa manifestação em contrário. Sem uma campanha de esclarecimento, houve uma imensa rejeição por parte da população que ficou com medo do surgimento de um outro problema ainda maior: o tráfico de órgãos. Prova disso, que em 1998, 60% das pessoas que tiraram carteira de habilitação, optaram por declarar-se não-doadores.

Revogada a Lei, o brasileiro continua, normalmente, só tomando contato com o tema em duas circunstâncias: ao descobrir que ele próprio ou uma pessoa querida precisa de um transplante, ou ao ser abordado por uma equipe de busca de órgãos, quando acaba de perder um parente.

Diante disso, partindo do princípio de que a educação é vital ao processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano, acreditamos que nossa proposta virá somar significativamente para conscientizar não apenas as crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino, as quais se beneficiarão diretamente das palestras, mas, também de todos os seus familiares que, indiretamente, irão compartilhar das informações narradas pelos alunos, já no seio dos seus lares.

- A cultura da doação pode invadir as famílias através da escola, propiciando bons diálogos sobre o assunto, inclusive com manifestações claras de vontade em ser um doador de órgãos, fator este que mais predispõe a família a autorizar a doação quando é abordada por uma equipe de busca de órgãos – conclui a Dra. Maria Cristina Ribeiro de Castro.

Por tudo isso é que peço a aprovação do presente Projeto de Lei, aos Nobres Colegas Vereadores.